

DIALOGANDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR NO PROCESSO DE INCLUSÃO

Priscila Caldas Sapucaia

Pós-graduada em Gestão escolar, supervisão e orientação educacional. Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Professora da rede municipal de Teresópolis, RJ.

<http://lattes.cnpq.br/3238792621621031>

E-mail: priscilapedagogiauerj@yahoo.com

Paula Maria da Cruz Basílio

Pós-graduada em Neuropsicopedagogia institucional, clínica e hospitalar; Neurociência cognitiva e processos psicológicos, Violência escolar. Graduada em Pedagogia pela Unisuam. Assessora pedagógica na Assessoria de Ensino e Pesquisa da Coordenadoria de Polícia Pacificadora da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

<http://lattes.cnpq.br/9784077079245319>

E-mail: paulacruzbasilio@gmail.com

Paula Dias Alves

Pós-graduada em docência do Ensino Superior, Professora de Espanhol e língua portuguesa na SEEDUC-RJ. Segunda graduação em Pedagogia pela Unifael.

<http://lattes.cnpq.br/5403507973411300>

E-mail: paulacp2@hotmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2023.V2N1-06>

RESUMO: O estudo tem como objetivo refletir sobre a importância dos inspetores de alunos no processo de inclusão de indivíduos com necessidades especiais tendo como fundamento a afetividade e uma implementação de uma gestão democrática, contribuindo pra desconstruir os conceitos sobre o trabalho deste profissional dentro de uma instituição escolar, apresentando sua importância na formação integral desses alunos. Durante a pesquisa a gestão educacional poderá refletir sobre o valor dado a eles, os inspetores, que muitas das vezes são subjugados e categorizados como profissionais sem importância no processo educativo e elaborar maneiras para que sejam capazes de agir e participarem do processo de inclusão e de formação integral do aluno junto a equipe docente e de gestão.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Inspetor de Alunos. Educação. Docente. Gestão Democrática.

DIALOGUE ABOUT THE IMPORTANCE OF SCHOOL SUPPORT PROFESSIONALS IN THE INCLUSION PROCESS

ABSTRACT: The study aims to reflect on the importance of student inspectors in the process of inclusion of individuals with special needs based on affectivity and the implementation of democratic management, contributing to deconstruct the concepts about the work of this professional within a school institution, showing its importance in the integral formation of these students. During the research, educational management will be able to reflect on the value given to them, the inspectors, who are often subjugated and categorized as unimportant professionals in the educational process, and develop

ways for them to be able to act and participate in the process of inclusion and integral training of the student together with the teaching and management team.

KEYWORDS: Inclusion. Student Inspector. Education. Teacher. Democratic management.

INTRODUÇÃO

Agente educador, auxiliar de disciplina, auxiliar de alunos, são muitas as designações a quais são referidas aos profissionais que são responsáveis, e não somente a isso, a cuidar, zelar e observar os alunos dentro da instituição escolar. Entretanto, o mais correto seria referir-se a eles como Inspectores de Alunos, onde podem e devem ser considerados educadores, pois todos nós somos dentro de um espaço de convivência e interação. Esses profissionais são de extrema importância na construção do indivíduo em sua totalidade assim como no processo de inclusão de alunos com necessidades especiais, a qual resulta significativamente seu desempenho em sala de aula.

O presente artigo proporcionará reflexão sobre o trabalho do inspetor de alunos no espaço escolar, assim como sua função interage ativamente no processo de inclusão de alunos com necessidade especial. Através das interlocuções teóricas de Henri Wallon e Piaget, a respeito da afetividade como auxiliadora na prática educativa, poderemos entender melhor como, esse facilitador de relacionamento, pode auxiliar no desenvolvimento integral do indivíduo com deficiência. Assim como, refletiremos sobre a importância de uma gestão democrática e participativa na construção de uma política educativa voltada para inclusão de alunos com necessidades especiais, capacitação e valorização profissional em uma instituição escolar.

INCLUSÃO ESCOLAR E SEU PROCESSO HISTÓRICO

A deficiência se faz presente desde os primórdios da vida humana, mudando sua definição e participação de indivíduos portadores de deficiência na sociedade de acordo com as concepções culturais presentes na época. Essas concepções em torno da pessoa com deficiência era transmitida devido à falta de informação e ignorância das pessoas onde na maioria das vezes acreditavam que a deficiência era um castigo de ordem divina e considerados amaldiçoados, como acontecia por exemplo na Idade Média.

No Brasil a história das pessoas com deficiência surgiu no século XIX, com a educação de cegos e surdos em regime de internato, como na Europa, sendo introduzido o Braille como língua de escrita para os cegos. Para crianças com deficiência mental foi estabelecido no século XX escolas especiais em redes paralelas de ensino público devido a omissão do Estado.

No ano de 1981 a ONU¹ declarou como Ano Internacional da Pessoa Deficiente (AIPD), encerrando a trajetória história de pessoas com deficiência ignoradas e esquecidas no silêncio. Como afirma Figueira (2008, p. 115): “Se até aqui a pessoa com deficiência caminhou em silêncio, excluída ou segregada em entidades, a partir de 1981 – Ano Internacional da Pessoa Deficiente -, tomando consciência de si, passou a se organizar politicamente”.

Mudanças em relação aos direitos de pessoas com deficiências passaram a ocorrer desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, onde fica estabelecido que “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família” (art. 205), garantindo em um dos seus princípios a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (art.206, I) (RODRIGUES, 2019). Desde então o Brasil vem buscando melhorar o atendimento a pessoas com deficiência através das leis e políticas que enxerguem esse indivíduo como integrante da sociedade portador de direitos como qualquer outro indivíduo e não excluídos. A respeito de tais informações:

O Brasil é um país onde os problemas sociais vêm sendo redimensionados através de programas e incentivos de políticas públicas de inclusão e reparo às violações dos direitos humanos. Ainda o preconceito e as disparidades sociais contribuem para o declínio do cenário humanístico, cultural, político e econômico. Os direitos humanos podem mudar essa realidade, e a educação é o principal viés para essa transformação, por meio da dignidade da pessoa humana (BRASIL, 2013, p. 44).

Na educação essa luta não se faz diferente, onde seu desenvolvimento histórico de uma educação voltada e pensada na pessoa com deficiência se deu início do século 19, com práticas inspiradas nas experiências de origem europeia e norte-americanas, as quais alguns brasileiros traziam para organizar e implementar ações que atendessem indivíduos com deficiência física, mental e sensorial.

1 Organização das Nações Unidas. É uma organização intergovernamental criada para promover a cooperação internacional, fundada em 14 de outubro de 1945 em São Francisco Califórnia.

A história da educação de pessoas com deficiência no Brasil se destaca em três períodos que se resumem em no primeiro momento de 1854 a 1956 onde o atendimento totalmente marcado pela iniciativa privada com atendimento clínico especializado incluindo o atendimento educacional, tendo um marco importante a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no segundo momento entre 1957 a 1993 marcado por ações oficiais de âmbito nacional em que o poder público assumiu a educação especial criando assim campanhas que se destinavam especificamente a atender pessoas com deficiência, surgindo a Campanha para Educação do Surdo Brasileiro - CESB seguido da instalação do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES (MONTAN, 2011). E no terceiro momento, até os dias atuais caracterizam-se pelos movimentos voltados em favor da inclusão de alunos com deficiências nas escolas, as quais várias políticas públicas foram e estão sendo criadas na garantia de direitos ao acesso desses indivíduos em escolas de classes comuns que ofereçam um ensino voltado ao seu desenvolvimento intelectual assim como seu desenvolvimento voltado para suas potencialidades, enxergando esse indivíduo como um ser participativo e pertencente a sociedade como um todo.

INCLUSÃO X INTEGRAÇÃO

A educação especial se configurou na política educacional brasileira no final da década de 50 com uma característica totalmente assistencialista, priorizando o atendimento médico e psicológico. Entretanto desde então diversas leis foram criadas assim como designando capítulos voltados para educação especial. Uma delas é a LDB² (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que dedica um capítulo inteiro à Educação Especial. De acordo com Capítulo V da Lei nº 9394/96, quanto a Educação Especial:

Art. 58 Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Hoje a educação especial possui outra forma de pensar sobre o indivíduo com deficiência, onde a escola enxerga esse indivíduo como um ser capaz de se tornar autônomo e de viver em igualdade com os demais. As metodologias educativas de aprendizagem se direcionam a observar as potencialidades deste aluno fazendo com que

² Lei de Diretrizes e Bases da Educação que define e regulamenta o sistema educacional brasileiro. Foi sancionada em 20 de dezembro de 2016.

SAPUCAIA, P. C.; BASÍLIO, P. M. C.; ALVES, P. D. Dialogando sobre a importância do profissional de apoio escolar no processo de inclusão. **Revista Eletrônica Amplamente**, Natal/RN, v. 2, n. 1, p. 47-61, jan./mar. 2023. ISSN: 2965-0003.



ele se desenvolva intelectualmente e socialmente em um processo gradativo e evolutivo. Entretanto, mesmo com uma evolução na forma de enxergar e entender a criança com deficiência, ainda presenciamos uma forma indevida de entendimento do que é inclusão escolar.

A inclusão escolar tem sido mal compreendida, principalmente no seu apelo a mudanças nas escolas comuns e especiais. Sabemos, contudo, que sem essas mudanças não garantiremos a condição de nossas escolas receberem, indistintamente, a todos os alunos, oferecendo-lhes condições de prosseguir em seus estudos, segundo a capacidade de cada um, sem discriminação nem espaços segregados de educação (MANTOAN, 2006, p. 23).

Falar de inclusão é se perguntar qual é a real finalidade que se agrega ao termo incluir e enxergarmos se realmente existe este processo de forma integral ao seu significado. Sendo assim, o termo “Inclusão” significa ato ou efeito de incluir, trazer algo ou alguém para dentro de alguma coisa ou algum e se formos analisar somente o significado inicial do termo, estaríamos praticando o ato de junção, ou seja, o indivíduo estará somente junto aos demais naquele espaço de convivência, sem qualquer tipo de integração ou interação.

Porém a Inclusão Escolar não é somente colocar este aluno dentro do espaço escolar sem proporcionar maneiras as quais ele se sinta pertencente e participativo, mas incluí-lo em tudo que se relaciona a escola, oferecendo possibilidade de igualdade ao acesso a todas as atividades escolares, respeitando os limites as quais sua condição exige e fazer com que os outros alunos considerados normais entendam e respeitem esse indivíduo independente da sua deficiência, criando assim o verdadeiro sentido do processo de inclusão. E neste processo todos aqueles que estão envolvidos no trabalho educativo estão diretamente responsáveis e são de extrema importância para que o aluno com necessidade especial se desenvolva integralmente. E os Inspectores de alunos podem e são grandes aliados nesta prática, tornando uma peça fundamental para que a equipe de gestão possa trabalhar de maneira mais efetiva no auxílio ao aluno especial.

INSPEÇÃO DE ALUNOS: A FIGURA HEROICA SEM ARMADURA

Não existem literaturas ou argumentações teóricas que falam sobre o inspetor de alunos e sua função dentro do espaço escolar, mas podemos aqui entender que esse

SAPUCAIA, P. C.; BASÍLIO, P. M. C.; ALVES, P. D. Dialogando sobre a importância do profissional de apoio escolar no processo de inclusão. *Revista Eletrônica Amplamente*, Natal/RN, v. 2, n. 1, p. 47-61, jan./mar. 2023. ISSN: 2965-0003.



profissional atua e está diretamente ligado aos processos educativos e de formação integral do aluno. A literatura brasileira descreve o Inspetor de alunos, em o Ateneu³ em 1988:

João Numa, inspetor ou bedel, baixote, barrigudo, de óculos escuros, movendo-se com vivacidade de báculo alegre, veio achar-me indeciso, à escada do pátio. “Não desce, a brincar?” perguntou bondosamente. “Vamos, desça, vá com os outros.” Tomou-me pela mão e descemos juntos. O inspetor deixou-me entre dois rapazinhos, que me trataram com simpatia. Às onze horas, a sineta deu o sinal das aulas (POMPÉIA, 2009, p. 18).

Diversas são as nomenclaturas as quais podemos nos referir a este profissional, em alguns locais ele é conhecido como auxiliar de disciplina, agente educador ou inspetor de alunos. Para que se possamos entender de fato a função e participação deste profissional de educação no espaço escolar, podemos fazer um comparativo metafórico de análise, onde enxerguemos um castelo que ali habitam os reis e seus súditos, e para protegê-los dentro deste castelo existem os guardas reais, aqueles que possuem a função de zelar pela segurança de todos que habitam ali, assim como observar toda a movimentação existente dentro e fora deste local, devendo se reportar aos reis tudo que foge do que se considera normal do convívio dos indivíduos que integram naquele espaço. Trazendo isso para o espaço escolar, entendemos a escola como o castelo, os alunos e a gestão escolar como os súditos e reis e os guardas seriam os inspetores. Logo, podemos trazer como definição de prática desse profissional, como a pessoa que é responsável por zelar, cuidar e intervir nas relações existentes dentro da escola.

DA ADMISSÃO AOS CORREDORES DA ESCOLA

Os anúncios de vagas de inspetor escolar são poucos exigentes tendo em vista que a remuneração é compatível com o grau de escolaridade exigido, o Ensino Médio Completo. Na entrevista, ter habilidade e experiência com crianças, além de apresentar um perfil carismático e acolhedor, são determinantes para o preenchimento da vaga. Quando este profissional conclui seu processo de admissão, ele está pronto para ser inspetor de aluno.

³ Romance do escritor brasileiro Raul Pompeia, considerado como o único exemplar de romance impressionista na literatura brasileira.

Em seu primeiro dia, ele conhece as dependências da escola, os demais profissionais, assim como as turmas pelo qual será “responsável” e com o decorrer dos dias a rotina vai ganhando forma e os rostos nomes. O tempo passa, as brincadeiras aumentam, as trocas afetuosas são mais frequentes e os laços surgem, neste momento, o inspetor não é só uma figura que cuida de um corredor ou de uma parte do pátio na hora do recreio, ele faz parte da história do aluno.

O inspetor é um profissional que embora não tenha sido capacitado para exercer esta função ímpar, a exerce com sabedoria e amor e é através de um abraço, numa conversa ou até mesmo na hora da correção no comportamento desse aluno, que este profissional se conecta a esta criança.

Todavia percebemos que as escolas ainda resistem em reconhecer a importância deste profissional na vida dos alunos, ora por sua baixa escolaridade, ora por sua simplicidade. Cabe a escola um olhar mais atencioso para esse profissional que não é só responsável pelos corredores, mas também é um agente educador que encanta e se conecta com os alunos diariamente.

INCLUSÃO E A PRÁTICA DO INSPETOR DE ALUNOS

Cada profissional de educação possui sua funcionalidade dentro do processo educativo. O inspetor de alunos zela pela segurança do aluno, inspecionando seu comportamento, orientando sobre regras, procedimentos, regimento escolar e cumprimento de horários e organiza esse ambiente e não somente a isso, este profissional é um grande aliado ao trabalho dos professores e da gestão pedagógica.

Os docentes possuem funções ligadas à aprendizagem e na formação do indivíduo, entretanto trabalhar com uma criança considerada especial remete a mudanças de paradigmas incorporadas a equipe pedagógica. Necessita-se de um novo olhar para as formas de aplicação das metodologias relacionadas à aprendizagem, desprendendo-se do comum, descobrindo a cada dia o seu aluno como também se descobrindo como profissional.

Já a gestão se preocupa em proporcionar a esse indivíduo não somente o processo de inclusão proposto na legislação, mas sim a sua integração dentro da escola, trabalhando

no estudo de estratégias pedagógicas junto aos professores para que o aluno consiga se desenvolver dentro da sala de aula.

Devemos entender que o aluno sendo ele especial ou não, se desenvolve integralmente em vários momentos dentro do espaço escolar. Primeiro em sala de aula, onde o docente trabalha toda a parte pedagógica voltada para o intelecto do aluno, integrando processos de cognição, interação e pró-atividade, e em um outro momento, aquele em que os alunos possuem o maior convívio, momento a qual a única finalidade da criança é brincar, se divertir, se desprendendo do peso de ter que aprender algo, de fazer alguma coisa por obrigação e essa prática ocorre no pátio, especificamente na hora do recreio e são os inspetores de alunos que estão nesses locais podendo agir diretamente com os alunos com necessidades especiais. Como afirma na Declaração de Salamanca:

Cada escola deveria ser uma comunidade coletivamente responsável pelo sucesso ou fracasso de cada estudante. O grupo de educadores, ao invés de professores individualmente, deveria dividir a responsabilidade pela educação de crianças com necessidades especiais (SALAMANCA, 1990, p. 10).

O inspetor é um grande auxiliador nesse momento, pois é ele que está a todo instante com esses alunos, momentos esses que ultrapassa o momento de sala de aula. Este profissional está presente nos corredores, no pátio, na entrada, saída dos alunos, locais que proporcionam momentos de interação e que estão ricos de informações que podem ajudar a gestão e aos docentes no processo de inclusão e integração desses alunos.

AFETIVIDADE NA PRÁTICA DO INSPETOR DE ALUNOS

Wallon⁴ nos faz entender que a afetividade é um grande aliado no processo de desenvolvimento do indivíduo, assim como Piaget⁵ mostra que existe certa relação entre cognição e afetividade (TAILLE; OLIVEIRA; DANTAS, 1992, p. 49).

Ou seja, através da afetividade conseguimos desenvolver o indivíduo de mais forma mais significativa ajudando em sua aprendizagem. E o trabalho do inspetor e a afetividade possuem uma linha muito tênue e significativa onde, o exercício de sua função

4 Henri Paul Hyacinthe Wallon foi um filósofo, médico, psicólogo e político francês sendo um grande defensor da afetividade como um dos aspectos centrais do desenvolvimento humano.

5 Jean Piaget, foi um biólogo e psicólogo considerado um dos maiores pensadores do século XX e o principal representante da psicologia da aprendizagem com investigações voltadas para as estruturas cognitivas.

SAPUCAIA, P. C.; BASÍLIO, P. M. C.; ALVES, P. D. Dialogando sobre a importância do profissional de apoio escolar no processo de inclusão. **Revista Eletrônica Amplamente**, Natal/RN, v. 2, n. 1, p. 47-61, jan./mar. 2023. ISSN: 2965-0003.



permite que este profissional esteja junto de todos os alunos e conheça suas individualidades, assim como construir uma relação de afeto e carinho com os mesmos.

Criar relação de afeto e carinho com uma criança especial é fundamental para que ela se sinta acolhida e respeitada no seu espaço de convívio, assim como criar laços de respeito e confiança. Pois, a criança adquire a confiança e respeito no outro através da forma a qual ela é tratada e a prática do inspetor já vem interiorizada essa relação de zelo, atenção e cuidado, onde permite um olhar mais afetivo ajudando nas percepções sobre o comportamento do aluno com necessidade especial nas dependências da escola. Através dessas observações este educador pode repassá-las a equipe de gestão, fazendo com que seja possível a partir delas, criar estratégias para que este aluno se torne mais integrante e participativo nas atividades, evitando que este indivíduo esteja segregado dentro do espaço escolar.

Entretanto, ao pensar na pessoa com deficiência, Vygotsky⁶ (1997) elaborou uma crítica veemente às formas de segregação social e educacional impostas às estas pessoas (SANTOS, 2016, p. 3). E essa segregação em sua maioria vem de uma concepção do não entendimento de que cada indivíduo possui uma individualidade e deve ser respeitada, e que muitas das vezes essa individualidade vem carregada de especificidades difíceis de entendimento da sociedade, podendo exemplificar pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista), indivíduos considerados isentos de sentimento, de difícil relacionamento interpessoal, e que dependendo do seu nível de autismo, é um ser humano com características comportamentais peculiares.

A escola tem o papel e dever de desconstrução desse paradigma sobre a pessoa com deficiência, fazendo com que a criança entenda que todo o indivíduo possui sua individualidade e características distintas que devem ser respeitadas. Sendo assim tanto em sala de aula com os docentes quanto com os inspetores de alunos nas dependências da escola, esse trabalho pode ser realizado. A partir do momento que entendemos a criança como indivíduo que possui sentimentos, desejos e ideias próprias diferentes dos adultos (ROUSSEAU, 1998), entendemos que cada um possui sua particularidade e que devemos respeitá-las, este indivíduo consegue interagir melhor socialmente e proporciona a criança

⁶ Lev Vygotsky foi um psicólogo, proponente da Psicologia cultural-histórica onde defendeu o conceito de que o desenvolvimento intelectual das crianças ocorre em função das interações sociais e condições de vida

com necessidade especial a oportunidade de se sentir pertencente ao mesmo espaço da criança considerada normal, fazendo com que ela se sinta mais feliz, encontrando no espaço escolar em que ela vive acolhimento, respeito e carinho, criando um sentimento de integração e participação com o meio, acarretando melhorias significativas na sua aprendizagem e em seu convívio social.

GESTÃO DEMOCRÁTICA

Através da gestão democrática podemos desenvolver uma estrutura de trabalho participativa e colaborativa, onde a gestão trarousebalhará com os inspetores, oferecendo instrumentos necessários para ele possa desenvolver a sua prática de forma mais significativa. A gestão precisa direcionar suas estratégias de forma mais organizada refletindo a ação educativa individual e coletiva dos alunos com necessidades especiais.

O postulado democrático de orientação dos processos sociais da escola implica, portanto, o construir juntos, vivenciado no plano interpessoal, do respeito ao outro como sujeito, como ser humano, [...] a consideração das diferenças individuais e exercidas em nome do aprimoramento e enriquecimento do processo coletivo como um valor (CARDOSO, 1995 apud LUCK, 2010, p. 57).

E para que isso ocorra, é necessário que se desconstrua o estereótipo do profissional do inspetor de alunos pois, infelizmente este profissional muitas das vezes não possui uma certa valorização sobre o seu trabalho, como também é fadado a ser considerado um indivíduo com pouca instrução, sem condições de entender o processo de desenvolvimento e educativo do aluno. Em verdade muitos desses profissionais possuem somente dois tipos de conhecimento utilizados no exercício do seu trabalho, o da vida, o mais importante que se pode carregar, como também a experiência que o cargo oferece. Poucos são os que possuem conhecimento técnico e específico sobre o processo educativo assim como sobre indivíduos com necessidades especiais. Entretanto, não significa que este profissional não seja considerado um educador e não possa participar do processo educativo dos alunos. Sendo outro fator importante no auxílio de sua prática no processo de inclusão, é proporcionar através de treinamentos, de formação continuada, o conhecimento teórico de tudo que se refere aos alunos com necessidades de deficiência, para que esse profissional possa entender as particularidades que esses indivíduos possuem.

A formação continuada ajuda este educador a se desenvolver profissionalmente onde permite-se que o mesmo possa conhecer melhor o seu papel na escola, o que a instituição espera no exercício da sua função, assim como mostrar o que é inclusão e quem são esses alunos especiais, quais são as suas características patológicas, as intervenções, modos de agir e pensar desta criança, permitindo que o inspetor saiba como lidar com as especificidades deste alunos e possa criar possibilidades para que ele trabalhe de forma mais significativa, assim como discuta com a gestão através de avaliações de desempenho, estratégias a serem realizadas para melhoria do seu trabalho.

Porém, quando se fala em formação continuada geralmente se restringe somente ao corpo docente e de gestão, esquecendo que dentro do espaço escolar todos aqueles que ali habitam são responsáveis e colaborativos ao processo educativo do aluno. Poucas as instituições que permitem a todos os profissionais que atuam dentro da escola esse tipo de formação, assim como a valorização e incentivo a busca de crescimento profissional e atualização dos seus saberes sendo elas direcionadas a área educativa ou não.

A equipe de gestão precisa entender que proporcionar esse profissional o conhecimento técnico necessário sobre o aluno com deficiência, em sua especificidade, faz com que primeiramente o inspetor consiga identificar alguma anormalidade nas ações desse aluno, e encaminhar suas observações à coordenação da escola e a equipe de orientação pedagógica, para que as mesmas comecem a elaborar estratégias de sondagem com os pais e responsáveis dessa criança, para a obtenção de uma confirmação do diagnóstico sendo ele conclusivo através de laudos fornecidos por médicos especializados, oferecendo todo o suporte necessário a esse indivíduo dentro da escola. E assim colocá-los em prática, fazendo com que esse aluno se desenvolva integralmente, sendo esse desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e interpessoal, resultando um resultado significativo do rendimento deste aluno dentro de sala de aula, pois o mesmo se sente confortável e seguro dentro da instituição, se sentindo mais feliz e integrante deste espaço.

RESULTADOS OBTIDOS

Em base todas essas afirmações, realizamos uma análise através de pesquisas e observações da ação de uma gestão democrática em que sua visão está pautada na

inclusão de alunos com necessidades especiais através de uma metodologia voltada para formação continuada objetivando a valorização de seus profissionais, valorização do aluno, interação e integração com as famílias, em uma escola tradicional do Rio de Janeiro, onde obtivemos resultados bastante positivos relacionados ao desenvolvimento integral do aluno.

Durante o curso de aperfeiçoamento, foi implementado como eixo norteador, o Projeto Político Pedagógico, apresentando a visão e missão da escola para com a comunidade a qual ela está inserida e a função de cada colaborador para a formação do aluno e funcionamento das atividades escolares. A formação continuada teve como objetivo o conhecimento e entendimento de sua participação como um educador e apresentar as patologias e características de todos os alunos existentes na escola, que se enquadram no conceito de educação especial e são participantes do processo de inclusão, mostrando maneiras mais eficazes para esse profissional agir e se relacionar com essas crianças, visando a maior assertividade nas intervenções de acolhimento e ajuda a esse aluno.

Com essa metodologia aplicada pela gestão, tendo como perspectiva uma gestão democrática, observamos um olhar diferenciado por parte do corpo de gestão educacional, da área docente e de toda comunidade escolar em relação a prática do inspetor de alunos. E através desse novo olhar, traduzida através da valorização desse profissional, esses colaboradores se tornaram mais motivados e entendedores do seu papel de importância no espaço escolar, transformando-os em educadores.

Diante dos conhecimentos adquiridos, os inspetores puderam exercer sua função de forma mais objetiva e assertiva, traçando melhores intervenções de auxílio ao aluno de inclusão, resultando na melhora do seu desenvolvimento integral. Visto que, essa criança se tornou mais participativa em sala de aula e mais confiante de sua capacidade, traduzida na confiança a qual ela possui no corpo escolar como um todo, obtendo um maior desenvolvimento cognitivo. E através do entendimento de suas particularidades e conscientização por parte de outras crianças na aceitação das diferenças, observamos uma maior interação desse aluno, melhorando seu desenvolvimento social e a tornando mais feliz.

Outro resultado positivo foi a aproximação das famílias no processo de desenvolvimento educacional de seus filhos, através da prática do inspetor, que através das suas observações e intervenções, puderam sinalizar a gestão pedagógica, onde traçaram estratégias e realizaram reuniões com as famílias para conversar sobre como a escola pode ajudar esse aluno em seu desenvolvimento integral, formando assim uma parceria entre a escola e a família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como analisado, o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais vem crescendo e se desenvolvendo no decorrer nos anos. No Brasil leis foram criadas pensando na defesa dos direitos do indivíduo portador de deficiência assim como o direito de uma educação justa e democrática.

Incluir um aluno com deficiência dentro do espaço escolar não se restringe somente a sua permanência, mas sim a oportunidade dela pode interagir e participar de todas as atividades educacionais, assim como conviver com todos os indivíduos em igualdade.

E o papel de inclusão não se dá exclusivamente a equipe de gestão e dos docentes, outros profissionais podem e devem ajudar neste processo, como os inspetores de alunos. Precisamos entender que a educação se faz através de todos que estão envolvidos, pois cada um se torna educador naquilo que carrega dentro de si como experiência e todos nós podemos colaborar com algum ensinamento para o outro.

O inspetor de alunos não é somente um funcionário que está ali presente para observar os alunos e sim um profissional com qualidades suficientes para desenvolver seu papel de educador auxiliando na formação integral dos mesmos, assim como auxiliar na prática de inclusão de alunos com necessidades especiais.

Sendo assim este educador tem o grande papel de observador das ações do aluno especial, observando a forma como ele interage, se existe alguma dificuldade de relação por parte dele ou de outrem e repassando essas informações a equipe de gestão para que a mesma possa criar intervenções através de trabalhos pedagógicos para que esse indivíduo pode se desenvolver integralmente. E o grande aliado desta prática é a afetividade, onde Wallon e Piaget nos remete ao entendimento de que a afetividade e a

cognição se complementam no processo de desenvolvimento da criança auxiliando em sua aprendizagem. Ou seja, a criança se desenvolve melhor quando esse processo envolve um laço de amor, dedicação, carinho e respeito, fazendo com que ela crie laços de amizade e de maior interação com o outro.

Ademais, o indivíduo com deficiência já carrega consigo o sentimento de exclusão pela sua forma diferenciada de ser e de agir, e cabe a escola a função de desconstrução deste modelo de pensamento, formando não somente crianças em indivíduos entendedores dessas diferenças, mas também seus educadores, fazendo com que todos aprendam a conviver com os alunos portadores de deficiência de forma igualitária e justa. Com isso tanto a gestão, docentes e inspetores como qualquer outro profissional de educação deve e pode intervir nessas ações pois, é de extrema importância que o aluno com necessidade especial se sinta acolhido por todos os habitantes do espaço escolar, pois este aluno se sentirá fazendo parte deste meio, tornando um indivíduo mais feliz, e uma criança que se sente feliz dentro da escola, quer estar presente e se sente mais seguro para aprender, conviver e interagir, se desenvolvendo de forma integral, surgindo assim o verdadeiro objetivo da Educação Inclusiva, formar a criança com deficiência um ser autônomo, socialmente ativo e feliz.

REFERÊNCIAS

ALVERNAZ, Cícero. **A figura heroica do inspetor de alunos**. 2011. Disponível em: <<https://www.ultimo.com.br/comunidade-conteudo/a-figura-heroica-do-inspetor-de-alunos>>. Acesso em: 14 de julho de 2020.

ATENEU. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Ateneu> Acesso em 20 de julho de 2020.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1990.

BRASIL. **Constituição Federal de 1998**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 14 de julho de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais**. Coordenação Geral de Educação em DH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos – Brasília: 2013

DE ALMEIDA, Laurinda Ramalho; MAHONEY, Abigail Alvarenga. **Afetividade e aprendizagem: Contribuições de Henri Wallon**. 4. ed. [S. l.]: Edições Loyola, 2007. 176 p.

FIGUEIRA, Emílio – Caminhando no Silêncio – **Uma introdução à Trajetória das Pessoas com Deficiência na História do Brasil** - Giz Editora, São Paulo, 2008.

HENRY Wallon. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Henri_Paul_Hyacinthe_Wallon > Acesso em: 13 julho 2020.

JEAN Piaget. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Jean_Piaget > Acesso em: 10 julho 2020.

LEVY Vygotsky. In: **Wikipédia**: a enciclopédia livre. Disponível em:
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Lev_Vygotsky > Acesso em: 12 julho 2020.

LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 6ª.ed.Rio de Janeiro: editora vozes,2010. Loyola, São Paulo, Brasil.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.

MONTOAN, Maria Tereza Eglér. A Educação Especial no Brasil – da exclusão à inclusão escolar. **Educação Especial no Brasil**, Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED/Unicamp, 25 mar. 2011. Disponível em:
<<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm> >. Acesso em: 11 de julho de 2019.

POMPEIA, Raul. **O Ateneu**: 1 ed. Brasil: Editora Saraiva, 2009.

RODRIGUES, Ana Paula Neves; ODRIGUES, ANA PAULA NEVES 1 LIMA, Cláudia Araújo de. **A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão**. Educação especial, [s. l.], 1 out. 2019

Rousseau, J. J. (1998). **Les Rêveries du promeneur solitaire**. Paris: Pocket.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **Obras escogidas: fundamentos de defectologia**, v. 5. Madrid: Visor, 1997.

YVES, Taille de La; DE OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. 1992. 28. ed. [S. l.]: Summus, 2019. 176 p.

Data de submissão: 22/01/2023. Data de aceite: 24/01/2023. Data de publicação: 27/01/2023.